



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Santo Antônio do Tauá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santo Antônio do Tauá (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Santo Antônio do Tauá, a taxa de pobreza iniciou o período em 48,4% (2019), caindo levemente para 46,6% em 2020. Em 2021, voltou a subir para 48,6% e disparou em 2022, atingindo o pico de 70,7%, indicando possível impacto socioeconômico da pandemia. Em 2023, houve uma queda expressiva, com a taxa recuando para 54,3%, ainda acima dos patamares anteriores à crise. Na Região de Integração (RI) Guamá, a evolução foi semelhante: iniciou com 45,1% em 2019, caiu para 44,2% em 2020 e 2021, subiu para 62,3% em 2022, e caiu para 43,8% em 2023. Já o estado do Pará apresentou me-

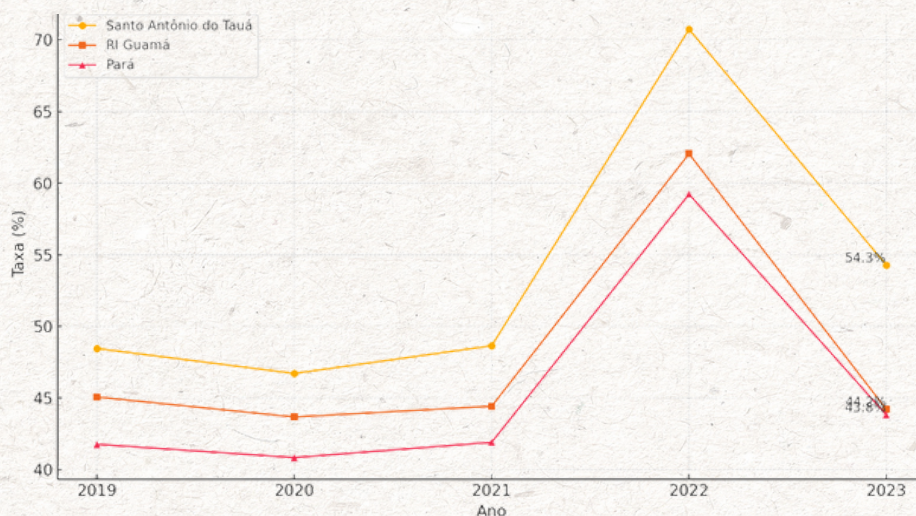
nor oscilação no início: de 41,7% em 2019 para 40,6% em 2020, subindo gradualmente até 59% em 2022. Em 2023, a taxa estadual recuou para 43,6%, próxima dos níveis de 2019 (Gráfico 1).

Essa dinâmica evidencia que os efeitos da pandemia afetaram de forma mais intensa os territórios locais e regionais. Enquanto o estado do Pará mostrou uma recuperação mais estável, Santo Antônio do Tauá experimentou a maior variação percentual, revelando vulnerabilidades mais acentuadas. A queda entre 2022 e 2023 em todas as esferas pode refletir medidas de re-



estruturação socioeconômica ou retomada de programas sociais. No entanto, a taxa de 54,3% no município ainda demonstra um quadro preocupante de pobreza. A RI Guamá, por outro lado, conseguiu retornar a um patamar inferior ao de 2019, sugerindo maior resiliência ou eficiência regional (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

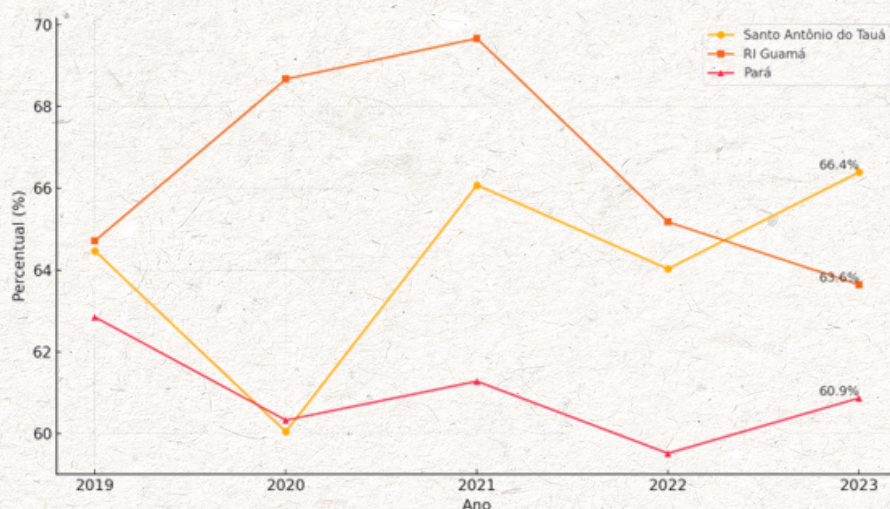
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Santo Antônio do Tauá, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais iniciou o período em 64,4% (2019), caiu significativamente para 60,1% em 2020 e subiu para 66% em 2021. Em 2022, houve leve redução para 64%, e, finalmente, um aumento para 66,4% em 2023. A RI Guamá apresentou uma trajetória de crescimento mais acentuada no início, saltando de 64,9% (2019) para 68,8% (2020) e atingindo 69,7% em 2021. Nos dois anos seguintes, houve queda: 65,2% (2022) e 63,6% (2023). O estado do Pará, por sua vez, manteve valores mais baixos e estáveis: 62,9% em 2019, 60,3% em 2020, 61,2% em 2021, 59,2% em 2022 e 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

Nota-se que tanto o município quanto a RI mantiveram, durante todo o período, percentuais de investimento mais elevados que o estado. Isso pode indicar maior comprometimento local e regional com áreas essenciais como saúde, educação e segurança. A variação mais intensa em Santo Antônio do Tauá entre 2020 e 2021 (de 60,1% para 66%) pode representar uma resposta emergencial à pandemia. A RI Guamá atingiu seu ápice em 2021 e, a partir daí, iniciou um processo de desaceleração, embora ainda mantenha níveis superiores à média estadual. O Pará se destaca pela estabilidade, porém com valores consistentemente inferiores aos demais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Santo Antônio do Tauá apresentou forte oscilação entre os anos. O indicador caiu de 7,8% (2019) para 6,8% (2020), mas disparou em 2021 (9,2%) e atingiu o pico de 9,9% em 2022, antes de uma queda abrupta para 6% em 2023. Esse padrão sugere influência de fatores externos e instabilidade nas condições de saúde materno-infantil. Na RI Guamá, os valores variaram de forma mais moderada: 7,4% em 2019, subindo para 7,7% em 2020, depois recuando levemente para 7,5% em 2021, e voltando a crescer até

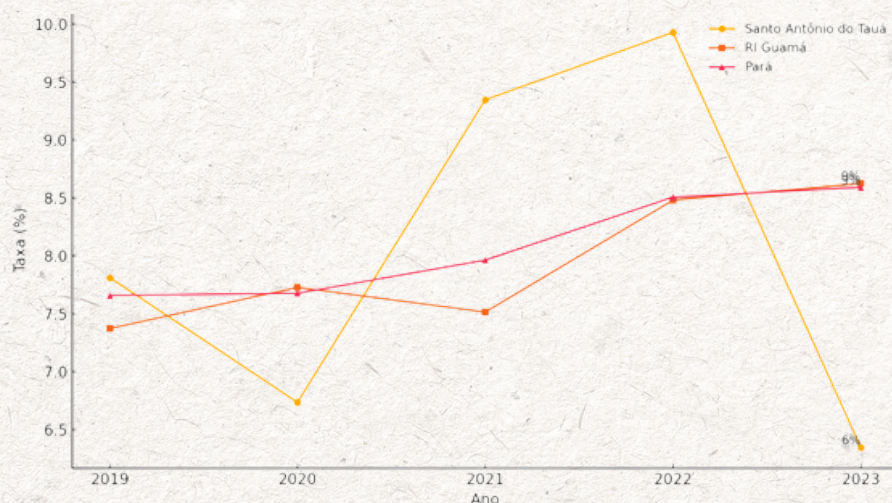
9% em 2023. Já o Pará apresentou crescimento contínuo e progressivo, de 7,6% (2019) para 8,6% (2023), sem oscilações bruscas (Gráfico 3).

O comportamento do indicador no município é o mais instável entre os três níveis, com variações que podem refletir dificuldades estruturais no acompanhamento pré-natal e nos serviços de saúde. A queda para 6% em 2023, embora positiva, deve ser vista com cautela, pois pode refletir variações pontuais ou subnotificação. Na RI Guamá, o crescimento constante nos últimos dois anos sugere deterioração gradual das condições

nutricionais e sanitárias para gestantes. A estabilidade do estado do Pará é um sinal de progresso lento, porém consistente, em políticas públicas voltadas à saúde neonatal (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

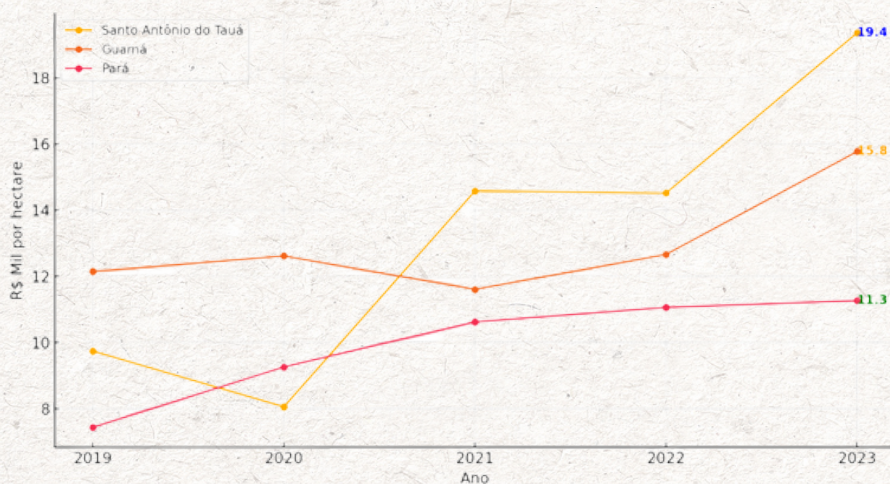
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Santo Antônio do Tauá teve crescimento expressivo no período analisado. Em 2019, o valor era de R\$ 9,8 mil/ha, caiu para R\$ 8 mil/ha em 2020, mas disparou para R\$ 14,6 mil/ha em 2021 e se manteve nesse patamar em 2022. Em 2023, alcançou o valor mais alto: R\$ 19,4 mil/ha, praticamente o dobro de 2019. A RI Guamá iniciou com R\$ 11,9 mil/ha em 2019, teve aumento para R\$ 12,8 mil/ha em 2020, pequena queda para R\$ 12,7 mil/ha em 2021, e cresceu até R\$ 15,8 mil/ha em 2023. O estado do Pará teve trajetória ascendente, de R\$ 7,5 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023, sem recuos (Gráfico 4).

Três níveis, superando inclusive a RI Guamá, que historicamente apresentava melhores índices. A recuperação acentuada após 2020 indica possível introdução de tecnologias ou fortalecimento de políticas de fomento à agricultura. A trajetória mais gradual da RI sugere estabilidade com ganhos progressivos, enquanto o Pará apresentou crescimento linear, ainda que com valores inferiores. A distância entre os patamares municipais e estaduais em 2023 (R\$19,4 mil/ha contra R\$ 11,3 mil/ha) evidencia a força do município no setor agropecuário (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

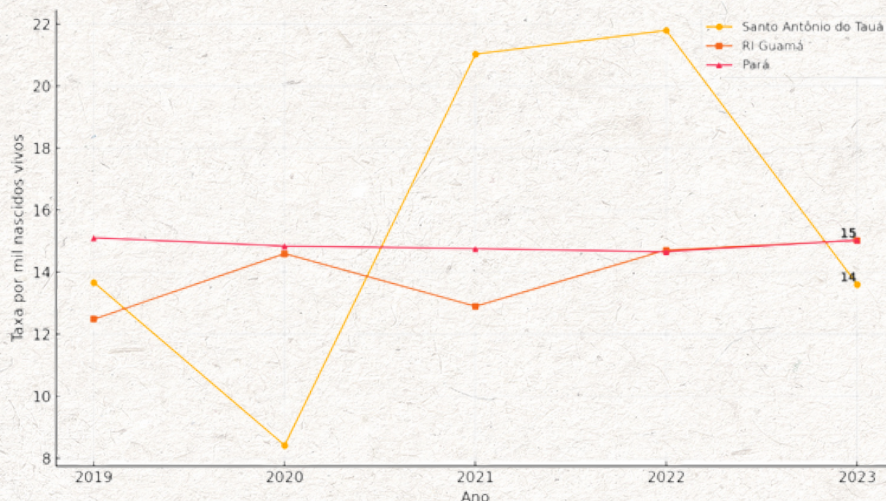
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Santo Antônio do Tauá, a taxa de mortalidade infantil iniciou em 13,8 por mil nascidos vivos em 2019, caindo para 8,4 em 2020, mas aumentando de forma significativa em 2021 (21,2) e 2022 (21,9). Em 2023, houve recuo expressivo para 14. A RI Guamá oscilou entre 12,5 (2019) e 14,7 (2023), mantendo relativa estabilidade com leve alta no período. Já o estado do Pará iniciou em 15,1 em 2019 e apresentou pouca variação, encerrando com 15,0 em 2023 (Gráfico 5).

O município apresentou maior instabilidade, com picos acentuados em 2021 e 2022, sugerindo possíveis falhas momentâneas no atendimento à saúde infantil. A estabilidade da RI Guamá e do estado aponta para um controle mais consistente no longo prazo. A redução em 2023 no município pode indicar melhoria recente nos serviços de saúde ou ações específicas de prevenção. Mesmo assim, é necessário acompanhar com atenção, pois oscilações bruscas como essas indicam vulnerabilidades significativas no sistema local. O contraste entre os três níveis reforça a desigualdade na oferta e qualidade dos serviços públicos de saúde infantil (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

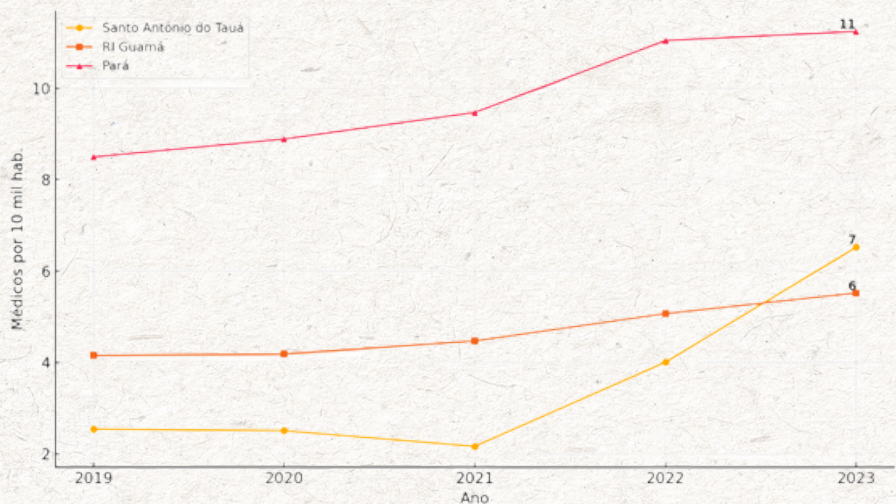
Santo Antônio do Tauá iniciou o período com 2,6 médicos por 10 mil habitantes em 2019, manteve o valor em 2020 e caiu para 2,2 em 2021. A partir de 2022, houve crescimento: 4,0 e, em 2023, alcançou 7. A RI Guamá também apresentou crescimento contínuo, de 4,2 (2019) para 5,6 (2023). O estado do Pará se manteve sempre em patamar superior, com evolução de 8,5 (2019) para 11,0 (2023), apresentando crescimento sustentado ao longo do período (Gráfico 6).

O dado mostra que, embora o município tenha iniciado em um nível muito baixo, o salto observado em 2022 e 2023 repre-

senta avanço importante na ampliação do acesso à atenção médica. Apesar da melhoria, Santo Antônio do Tauá ainda se encontra abaixo da média estadual e até mesmo da sua RI. A RI Guamá evoluiu de forma mais lenta, mas com estabilidade. O Pará teve crescimento firme, com um dos maiores aumentos proporcionais no período, sugerindo políticas estaduais de ampliação de profissionais da saúde. A evolução positiva no município é promissora, mas demanda continuidade e fixação dos médicos em regiões vulneráveis (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Santo Antônio do Tauá, o número de vagas começou em 211 (2019), recuou para 206 (2020) e se manteve quase estável em 2021 (208). Em 2022, houve um salto expressivo para 239 vagas por mil habitantes, caindo novamente para 214 em 2023. A RI Guamá iniciou em 217 (2019), recuou progressivamente até atingir 190 em 2023. O estado do Pará manteve-se mais estável: partiu de 211 em 2019, chegou a 220 em 2022 e caiu para 198 em 2023 (Gráfico 7).

O desempenho do município foi o mais volátil, com expansão atípica em 2022 que pode estar relacionada a ações e-

mergenciais ou à reorganização da rede pública. A queda em 2023 o aproximou dos valores iniciais, enquanto a RI teve redução constante. O estado do Pará também apresentou leve declínio recente, refletindo possível contenção orçamentária ou adequações demográficas. Apesar da oscilação, Santo Antônio do Tauá mantém, em 2023, o maior valor entre os três níveis. A análise mostra que, embora o acesso aparente ser amplo, ele tem variado significativamente, o que exige monitoramento constante da capacidade instalada e da demanda educacional (Gráfico 7).

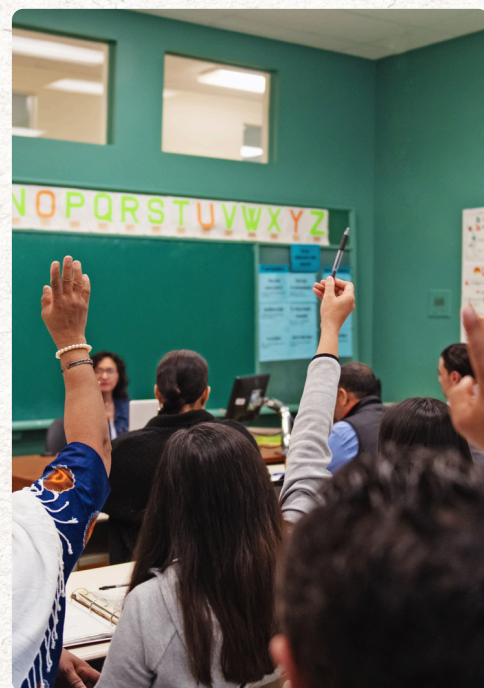
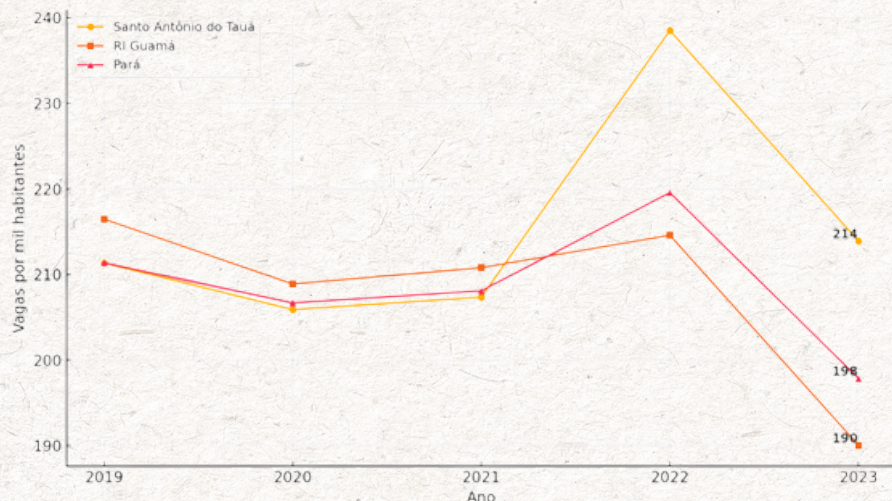


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 214 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

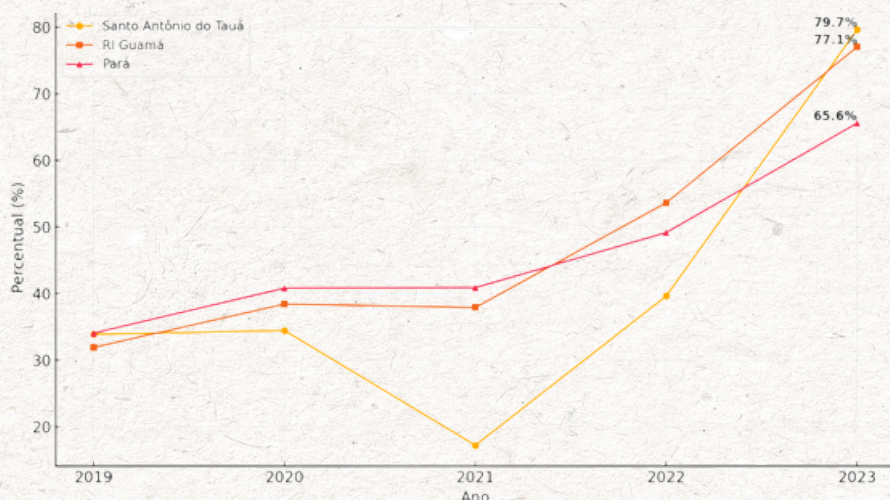
Santo Antônio do Tauá iniciou com 33% das escolas conectadas à internet em 2019, manteve valor semelhante em 2020 (34,6%), caiu drasticamente para 16,7% em 2021. A partir daí, houve avanço significativo: 40,1% em 2022 e 79,7% em 2023. A RI Guamá apresentou crescimento contínuo, saindo de 31,7% (2019) para 77,1% (2023). O estado do Pará também evoluiu de forma progressiva: de 33,8% para 65,6% no mesmo intervalo (Gráfico 8).

O município apresentou forte oscilação, com uma queda acentuada no auge da pandemia, seguida por um crescimento no-

tável, especialmente entre 2022 e 2023. Isso pode refletir investimentos tardios em infraestrutura digital ou projetos de conectividade escolar acelerados. A RI Guamá demonstrou desempenho mais consistente, alcançando quase 80% das escolas conectadas. O Pará teve progresso estável, embora com percentual final inferior aos demais. O avanço expressivo de Santo Antônio do Tauá nos últimos dois anos o coloca em destaque, mas o histórico de instabilidade indica a importância de políticas sustentáveis de inclusão digital (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 79,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

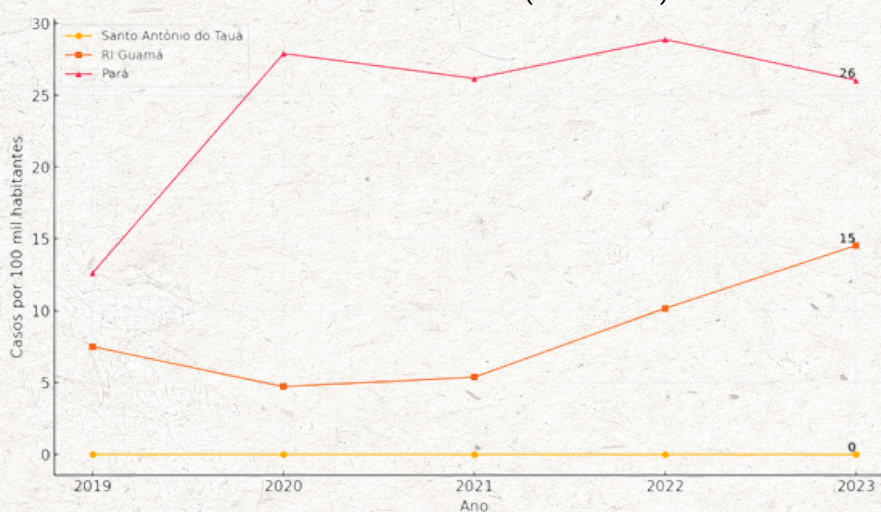
Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em Santo Antônio do Tauá, o indicador permaneceu zerado em todo o período de 2019 a 2023, o que pode sugerir ausência de registros formais ou subnotificação. Já a RI Guamá apresentou 7,5 casos por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 4,8 em 2020, e oscilou em crescimento até atingir 14,8 em 2023. O estado do Pará partiu de 12,6 casos (2019), saltou para 27,9 em 2020, oscilou levemente nos anos seguintes e fechou 2023 com 26 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).

Observa-se que o estado apresentou os maiores índices durante todo o período, refletindo maior sensibilidade ou melhor estrutura de notificação. A RI Guamá acompanhou esse crescimento, embora com níveis mais baixos. O dado zerado em Santo Antônio do Tauá indica possível ausência de denúncias formais, e não necessariamente inexistência de violência doméstica. Isso pode estar relacionado à falta de canais de apoio ou à cultura do silêncio. A tendência estadual e regional é de aumento nos casos, o que exige reforço nas políticas de proteção e apoio às mulheres (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

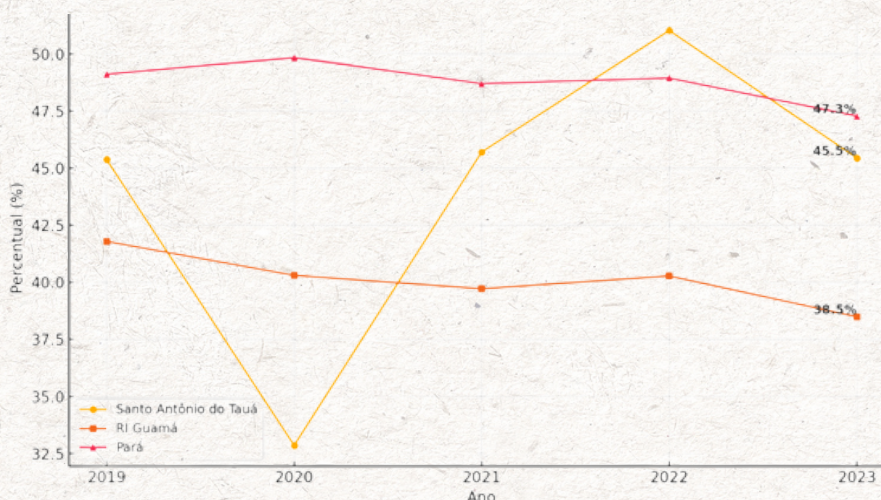
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Santo Antônio do Tauá, o percentual começou em 45,4% em 2019, caiu bruscamente para 32,8% em 2020, e subiu novamente para 45,6% em 2021. Em 2022, houve pico de 51%, recuando ligeiramente para 45,5% em 2023. A RI Guamá oscilou de 41,9% (2019) para 38,5% (2023), com leve tendência de queda. O estado do Pará manteve estabilidade elevada: de 49% em 2019 para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).



A participação feminina em cargos de chefia é maior no município que na RI, embora mais instável. A queda acentuada em 2020 pode estar relacionada a efeitos indiretos da pandemia sobre a ocupação laboral feminina. Já a recuperação e o pico em 2022 revelam avanços pontuais na representatividade de gênero. O Pará se destaca pela constância em altos percentuais, refletindo políticas institucionais de equidade mais consolidadas. A RI Guamá, por sua vez, mostra um recuo gradual, o que demanda atenção para garantir maior equilíbrio entre homens e mulheres nas posições de liderança (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

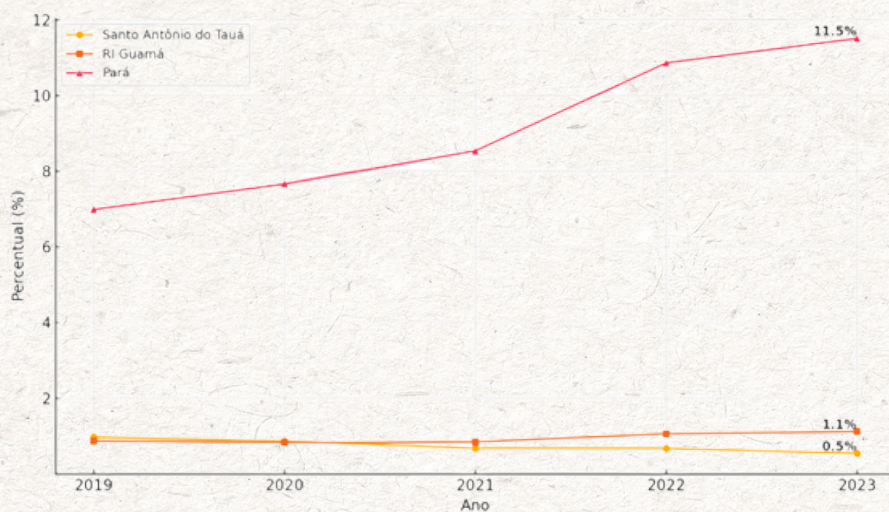
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Santo Antônio do Tauá apresentou valores extremamente baixos ao longo de todo o período, partindo de 1% em 2019 e encerrando com 0,5% em 2023. A RI Guamá também permaneceu com índices baixos, iniciando em 1% e encerrando com 1,1%. Em contrapartida, o estado do Pará mostrou crescimento consistente: 7% em 2019, 7,7% em 2020, 8,5% em 2021, 10,9% em 2022 e 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Esse cenário evidencia que o município e a região carecem de avanços significativos em coleta de esgoto para populações mais vulneráveis. A estagnação no município e na RI contrasta com a evolução estadual, ainda que o patamar do Pará também esteja distante do ideal. A baixa cobertura sanitária implica em sérios riscos à saúde pública e qualidade de vida. A melhoria estadual pode decorrer de projetos mais robustos de infraestrutura urbana. Já no nível local, os dados revelam negligência persistente e necessidade urgente de políticas específicas de saneamento inclusivo (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

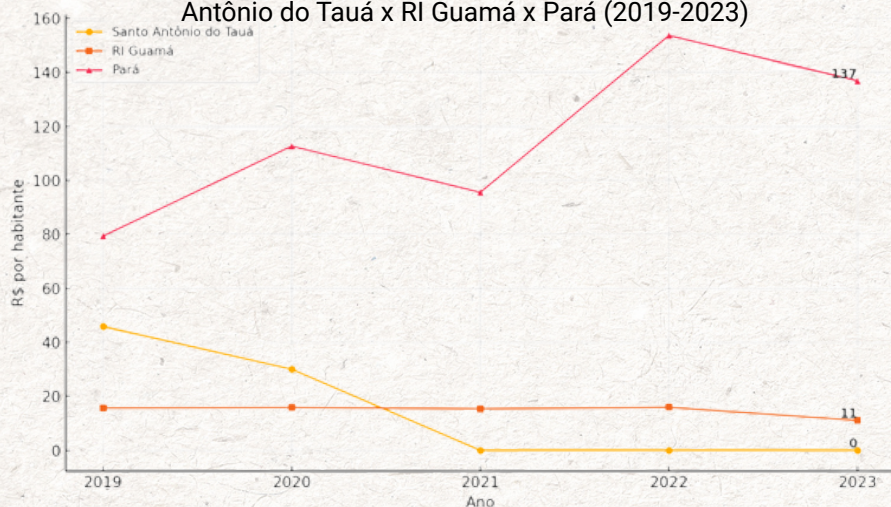
Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Santo Antônio do Tauá, o gasto per capita com saneamento foi de R\$ 46,1 em 2019, caiu para R\$ 30,1 em 2020 e zerou de 2021 a 2023. A RI Guamá se manteve estável entre R\$ 15,3 e R\$ 16,3 de 2019 a 2022, encerrando com R\$ 11,2 em 2023. Já o estado do Pará variou bastante: R\$ 80,2 em 2019, subiu para R\$ 113,3 em 2020, caiu para R\$ 95,4 em 2021, saltou para R\$ 154,5 em 2022 e finalizou com R\$ 137,1 em 2023 (Gráfico 12). O município deixou de investir completamente no setor a partir de 2021, o que agrava ainda

mais o cenário de baixa cobertura sanitária. A RI Guamá manteve aportes modestos, com leve recuo em 2023. O Pará, por outro lado, demonstrou aumento expressivo no investimento per capita, indicando prioridade estadual para o saneamento básico. A diferença entre os níveis mostra desigualdade no esforço orçamentário para infraestrutura sanitária. A ausência de gastos no município compromete a universalização do serviço e reforça a urgência de planejamento financeiro e técnico para o setor (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

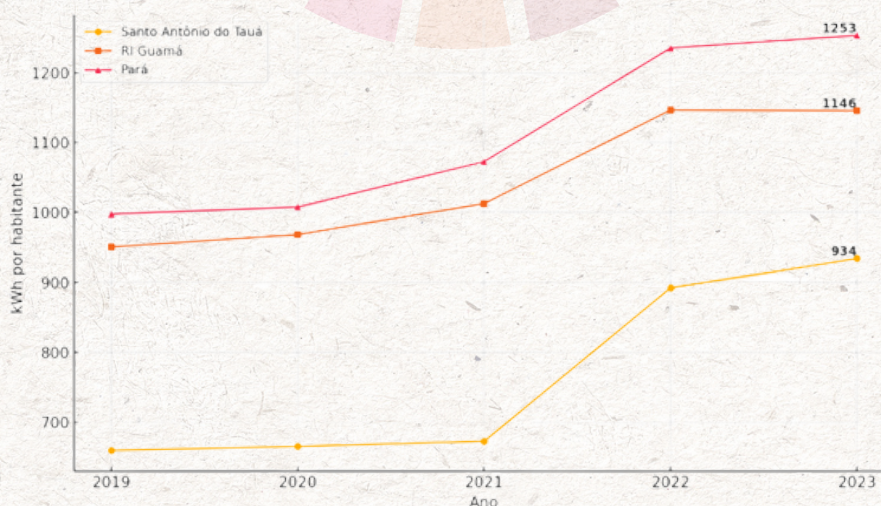


Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Santo Antônio do Tauá, o consumo per capita de energia elétrica evoluiu de forma expressiva, partindo de 656 kWh/hab. em 2019 para 934 kWh/hab. em 2023. O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2021 (670 kWh/hab.) e 2022 (893 kWh/hab.), indicando possível aumento no acesso a eletrodomésticos ou melhora no padrão de vida. Na RI Guamá, o consumo foi mais elevado e constante, iniciando em 951 kWh/hab. em 2019 e encerrando 2023 com 1.146 kWh/hab. O estado do Pará teve o maior consumo absoluto em todo o período: 999 kWh/hab. (2019) para 1.253 kWh/hab. (2023) (Gráfico 13).

O ritmo de crescimento no município foi o mais intenso, reduzindo a distância em relação aos demais territórios, embora ainda abaixo da média estadual. A RI Guamá manteve uma trajetória estável, com aumento moderado. Já o estado apresentou avanço constante, com destaque para o salto entre 2021 e 2022 (de 1.072 para 1.239 kWh/hab.). Essa tendência pode refletir políticas de ampliação da rede elétrica ou elevação do consumo residencial e comercial. Apesar da evolução positiva em Santo Antônio do Tauá, o valor de 934 kWh/hab. em 2023 ainda evidencia espaço para maior inclusão energética (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 934 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

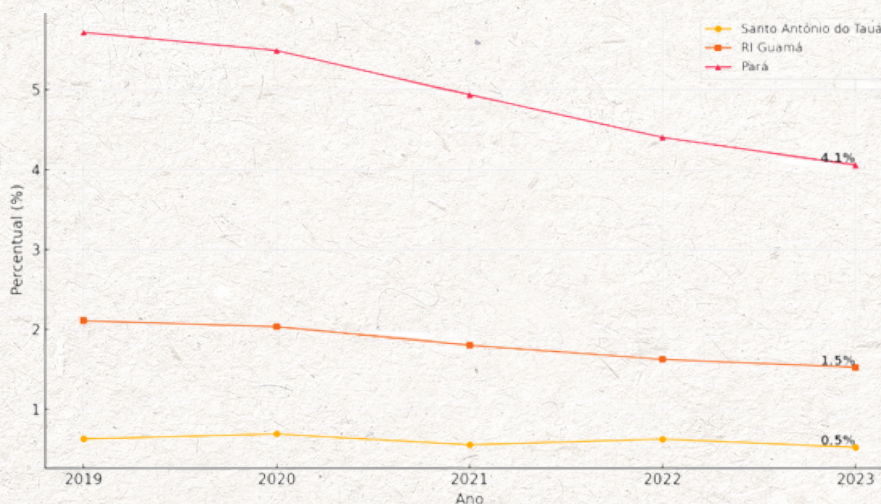
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Santo Antônio do Tauá, a proporção de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil caiu de 0,7% em 2019 para apenas 0,3% em 2023. Em Santo Antônio do Tauá, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil iniciou em 0,6% em 2019, subiu para 0,7% em 2020, caiu para 0,5% em 2021, manteve o mesmo nível em 2022 e encerrou com nova queda, em 2023, com 0,5%. A RI Guamá apresentou índices mais altos: 2,1% em 2019, reduzindo gradualmente para 1,5% em 2023. Já o estado do Pará apresentou os maiores percentuais: 5,7% em 2019, com queda contínua até atingir 4,1% em 2023 (Gráfico 14). A RI Guamá iniciou com 2,1% em 2019 e recuou para 1,5% em 2023, demonstrando redução gradual. Já no estado do Pará, o percentual era mais elevado: de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, também com tendência de queda (Gráfico 14).

O município apresenta o melhor desempenho entre os três níveis, com baixa proporção de domicílios com iluminação precária ao longo de todo o período. A RI Guamá demonstrou tendência de redução constante, indicando avanços na universalização do acesso à eletricidade. O estado do Pará, embora com queda relevante, ainda apresenta números elevados, sugerindo desigualdades em áreas mais remotas. A melhoria generalizada indica expansão da infraestrutura elétrica, mas ainda persiste a necessidade de erradicar o uso de fontes fósseis entre os mais pobres, especialmente na zona rural (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

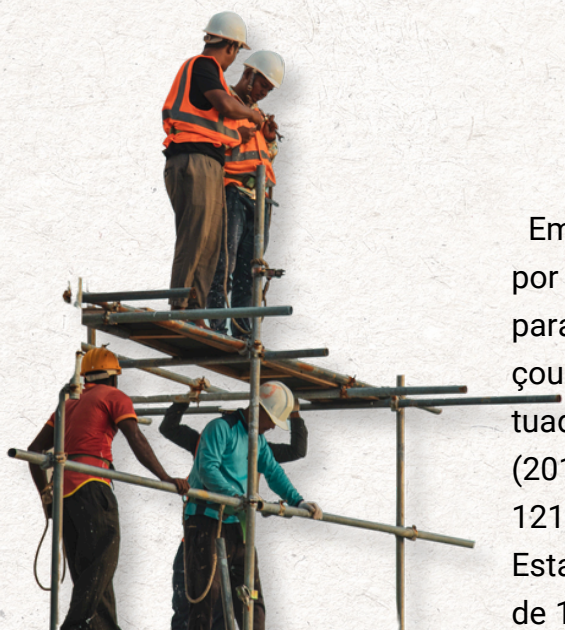
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

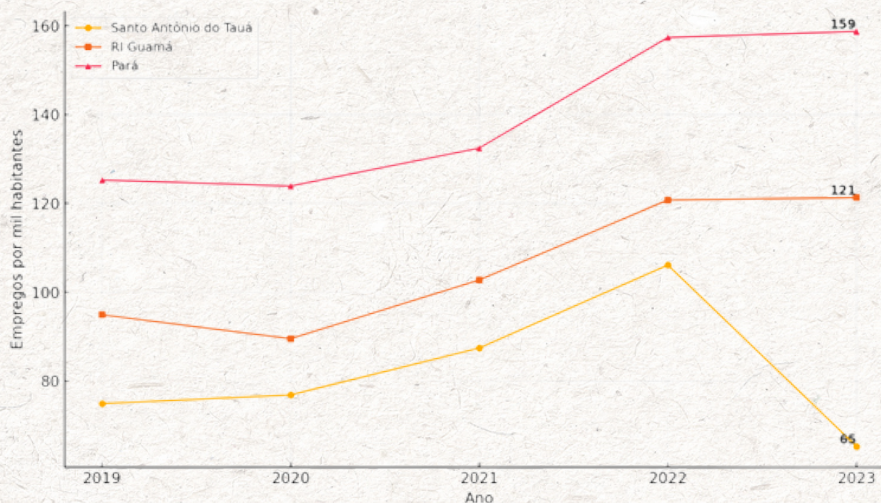


Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Santo Antônio do Tauá, o número de empregos formais por mil habitantes iniciou em 75 (2019), subindo levemente para 77 em 2020 e 88 em 2021. Em 2022, o município alcançou o pico de 106 vínculos formais, mas sofreu queda acentuada em 2023, recuando para 65. A RI Guamá iniciou em 96 (2019), caiu para 90 (2020), mas cresceu para 103 (2021) e 121 (2022 e 2023), mantendo-se estável neste último ano. O Estado do Pará, por sua vez, apresentou evolução contínua: de 126 (2019) para 159 vínculos por mil habitantes em 2023 (Gráfico 15).

O desempenho de Santo Antônio do Tauá foi o mais instável do período. Apesar do crescimento até 2022, a queda em 2023 interrompe a tendência positiva, revelando fragilidade na geração de empregos formais. A RI Guamá demonstrou maior consistência, especialmente a partir de 2021, com estabilidade nos dois últimos anos. O Pará destacou-se com o melhor desempenho geral, mantendo trajetória ascendente e alcançando o maior patamar de formalização. A comparação revela disparidades entre o município e o nível estadual, reforçando a importância de políticas de incentivo à formalização e diversificação econômica em áreas locais mais vulneráveis (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

O PIB per capita de Santo Antônio do Tauá iniciou em R\$ 11.846 (2018), subiu de forma constante para R\$ 12.173 (2019) e R\$ 13.459 (2020), chegando a R\$ 14.790 em 2021. Em 2022, houve um salto mais expressivo, atingindo R\$ 18.178, superando a média da RI Guamá. Esta, por sua vez, partiu de R\$ 12.557 (2018) e subiu gradualmente até R\$ 16.258 em 2022, com crescimento mais modesto no último ano. O estado do Pará apresentou os maiores valores absolutos e crescimento mais acelerado: de R\$ 18.996 (2018) para R\$ 33.954 (2022) (Gráfico 16).

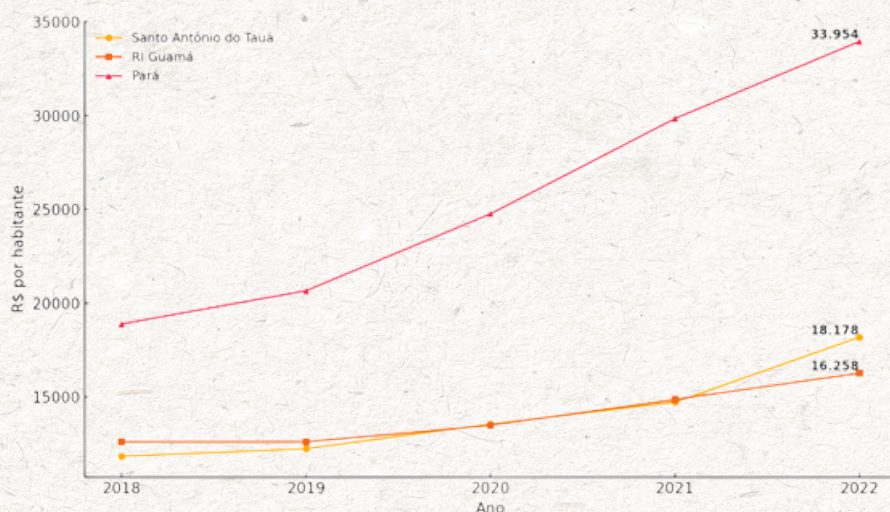
A forte elevação do PIB per capita no município em 2022

PIB per capita



pode indicar aumento pontual da atividade econômica, com destaque para ganhos setoriais específicos, como agropecuária ou indústria. A RI Guamá evoluiu de forma contínua, mas com crescimento menos acelerado, enquanto o estado apresentou uma curva acentuadamente ascendente. O distanciamento entre o município e o estado ainda é relevante, mesmo com a melhora local. Esse avanço municipal, embora positivo, deve ser analisado com cautela para verificar sua sustentabilidade e distribuição social, pois ele pode concentrar-se em poucos setores ou agentes econômicos (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18.178/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

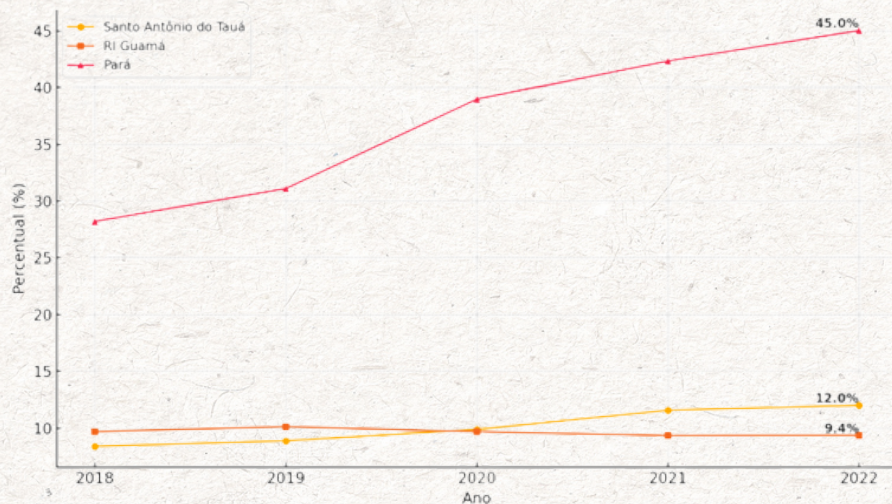


O valor adicionado da indústria no PIB de Santo Antônio do Tauá partiu de 8,5% (2018), elevando-se para 8,7% (2019) e 9,9% (2020). Em 2021, houve novo avanço para 11,4%, e em 2022 o município atingiu 12,0%, evidenciando aumento gradual da participação industrial na economia local. A RI Guamá teve comportamento inverso: iniciou com 9,7% em 2018, chegou a 10,0% em 2019, mas caiu para 9,4% em 2022. O Pará, por outro lado, teve crescimento expressivo: de 28,4% (2018) para 45,0% (2022), destacando a força industrial no estado (Gráfico 17).

A trajetória ascendente de Santo Antônio do Tauá revela esforços de industrialização em pequena escala, contribuindo para o aumento do PIB local. A RI Guamá manteve estabilidade até 2020, mas perdeu participação industrial nos anos seguintes. O estado do Pará registrou expressivo avanço industrial, provavelmente impulsionado por setores como mineração e transformação. Apesar do crescimento relativo no município, a distância entre ele e o estado ainda é significativa. Isso mostra que, embora haja progresso local, a economia municipal segue menos diversificada e menos industrializada em relação ao perfil estadual (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Santo Antônio do Tauá, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes apresentou forte oscilação. Partiu de 10,9 em 2019, despencou para 1,5 em 2020, recuperando-se parcialmente em 2021 (5,0) e 2022 (6,9), mas voltou a cair para apenas 2,0 em 2023. A RI Guamá teve evo

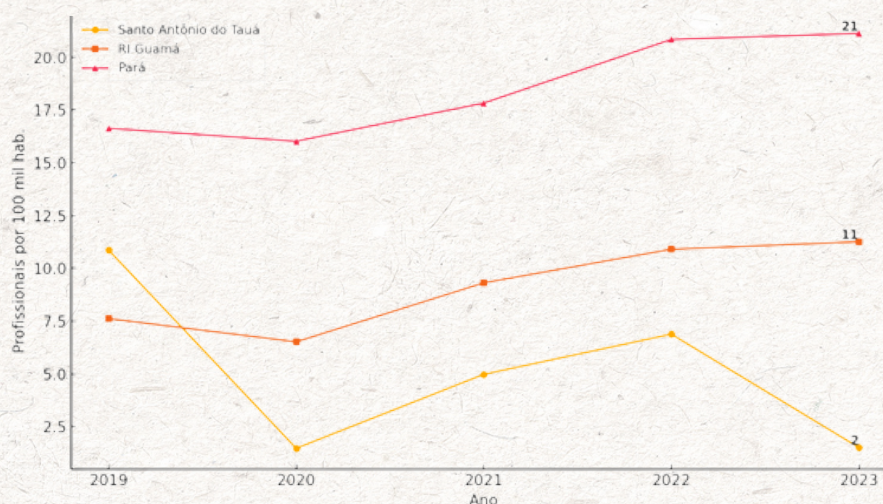


lução mais estável, com crescimento contínuo: de 7,5 em 2019 para 11,0 em 2023. Já o Pará manteve liderança no indicador, com aumento de 16,7 em 2019 para 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

O município demonstrou forte vulnerabilidade e instabilidade quanto à fixação de profissionais da ciência, com quedas abruptas e recuperação parcial não sustentada. A RI Guamá se destaca por crescimento linear, o que sugere fortalecimento regional da atividade científica. O Estado do Pará mantém-se como o mais consolidado em termos de presença científica, reforçando a centralização das oportunidades nos grandes centros. A baixa densidade municipal pode refletir carência de políticas locais de incentivo à ciência, pesquisa e educação superior (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



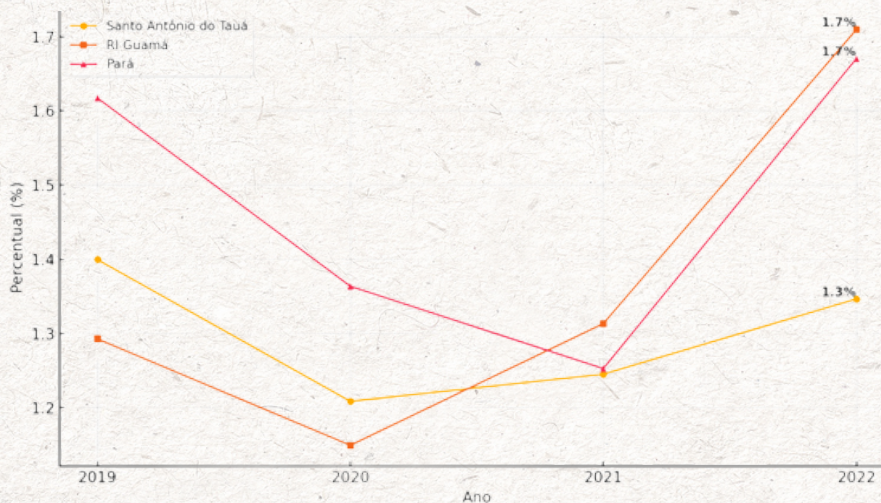
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Santo Antônio do Tauá, a massa salarial formal representava 1,40% do PIB em 2019, caindo para 1,21% em 2020. A partir daí, houve leve crescimento: 1,24% em 2021 e 1,34% em 2022. Na RI Guamá, a série começou com 1,29% em 2019, recuou para 1,14% em 2020, mas saltou para 1,70% em 2022. Já o estado do Pará iniciou em 1,62%, caiu para 1,36% em 2020 e 1,25% em 2021, antes de se recuperar para 1,68% em 2022 (Gráfico 19).

O município apresentou menor participação relativa da massa salarial no PIB em todos os

anos, e sua recuperação entre 2021 e 2022 foi modesta. A RI Guamá destacou-se com o maior crescimento proporcional, indicando melhoria nos rendimentos ou expansão do emprego formal em setores mais bem remunerados. O estado do Pará também mostrou retomada, mas ainda inferior à da RI. O cenário sugere que, embora o município acompanhe a tendência geral de recuperação, seu dinamismo salarial permanece limitado frente às demais esferas territoriais (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

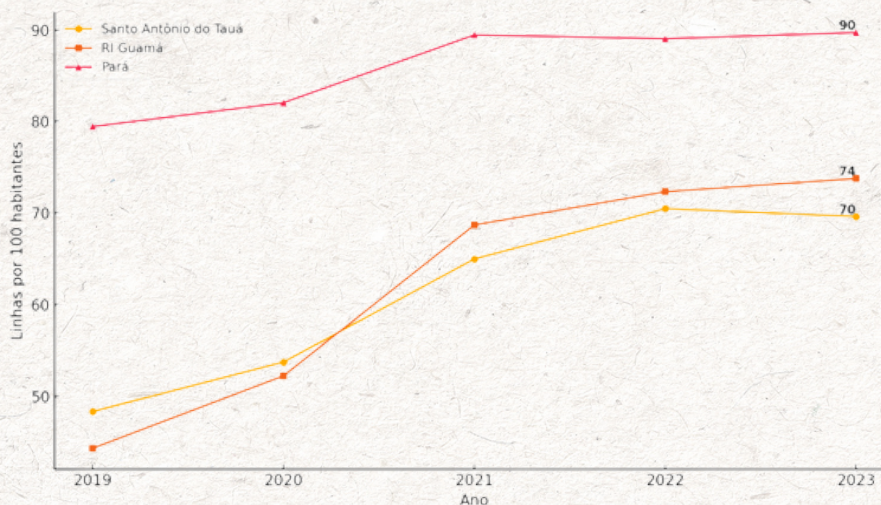
Em Santo Antônio do Tauá, o número de linhas móveis por 100 habitantes evoluiu de 48 em 2019 para 70 em 2023. A expansão foi mais intensa entre 2020 e 2021, passando de 54 para 65, com leve queda entre 2022 (71) e 2023. Na RI Guamá, o acesso cresceu de 44 em 2019 para 74 em 2023, com aumento contínuo. Já no estado do Pará, o crescimento foi de 79 para 90 linhas por 100 habitantes no mesmo período (Gráfico 20).

O município apresentou um avanço relevante, ainda que permaneça abaixo da média estadual e regional. A RI Guamá teve desempenho estável e consistente, refletindo possível melhoria na cobertura e no acesso à tecnologia móvel. O estado do Pará manteve-se na liderança em todos os anos, com valores superiores desde o início da série. A convergência entre os três níveis mostra tendência de expansão universal, embora desigual. A leve queda municipal em 2023 sugere atenção para a manutenção e melhoria da infraestrutura de conectividade. A telefonia móvel se consolida como bem essencial, exigindo políticas de inclusão digital permanentes (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

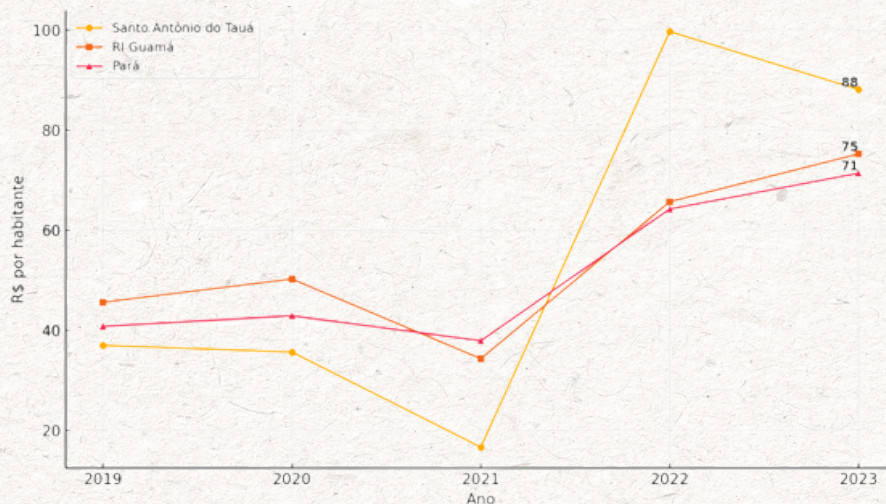
Em Santo Antônio do Tauá, a despesa per capita iniciou em R\$ 36,84 em 2019, caindo para R\$ 35,56 em 2020 e atingindo o menor valor em 2021: R\$ 16,98. A partir de 2022, houve forte recuperação, alcançando R\$ 99,05, com leve queda para R\$ 88,38 em 2023. A RI Guamá variou de R\$ 45,77 (2019) para R\$ 75,03 (2023), com queda em 2021 (R\$ 35,04) e retomada posterior. O estado do Pará saiu de R\$ 41,42 (2019) para R\$ 71,16 (2023), com trajetória semelhante (Gráfico 21).

A despesa municipal mostrou comportamento mais volátil, com queda abrupta em

2021 seguida por forte expansão, superando os demais níveis em 2022 e 2023. A RI Guamá teve variação menos acentuada e recuperação sólida, enquanto o estado apresentou crescimento contínuo, embora mais moderado. O salto municipal pode refletir políticas específicas ou aumento pontual de investimentos. Ainda assim, a instabilidade indica que o padrão de gastos pode não ser sustentado no longo prazo. Cultura e meio ambiente exigem planejamento contínuo, e a disparidade entre os anos evidencia essa fragilidade orçamentária (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



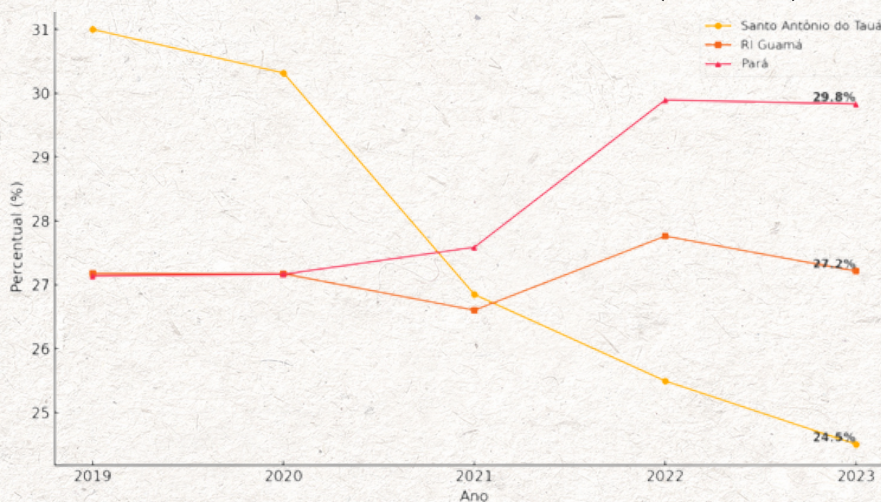
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O percentual em Santo Antônio do Tauá caiu de 31% em 2019 para 24,5% em 2023, mostrando redução progressiva. A RI Guamá iniciou em 27,2%, manteve estabilidade até 2021 e oscilou levemente até fechar 2023 com o mesmo valor. O estado do Pará, ao contrário, teve aumento: de 27,2% em 2019 para 29,8% em 2023, com elevação acentuada após 2021 (Gráfico 22).

A queda consistente no município é um sinal positivo de avanço na gestão de resíduos sólidos entre a população de baixa renda.

A RI Guamá mostrou estabilidade, sem ganhos ou perdas significativas. Já o estado apresentou retrocesso, indicando possível deficiência na coleta pública ou crescimento informal urbano. A melhora em Santo Antônio do Tauá pode estar relacionada à ampliação de serviços de coleta ou campanhas de conscientização ambiental. Contudo, a prática ainda é comum, o que reforça a necessidade de políticas inclusivas e regionais para erradicação da queima e enterramento de lixo doméstico (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

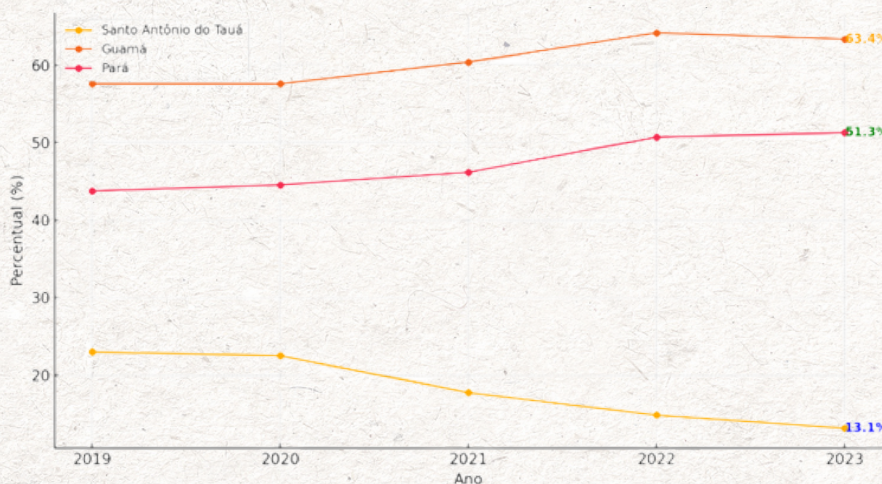
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Santo Antônio do Tauá apresentou queda contínua no percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar: de 23,0% em 2019 para 13,1% em 2023. A RI Guamá, por outro lado, teve trajetória inversa: de 58,2% em 2019, subiu para 50,7% em 2022 e fechou 2023 em 63,4%. O estado do Pará também teve crescimento, de 43,7% para 51,3% no mesmo intervalo (Gráfico 23).

O desempenho do município é o mais positivo, refletindo possível acesso ampliado ao

saneamento básico ou substituição de fossas por sistemas mais adequados. A RI Guamá e o estado do Pará, em contraste, mostram agravamento da situação sanitária para a população mais vulnerável. Esses dados evidenciam desigualdade territorial no acesso a condições mínimas de infraestrutura sanitária. O avanço municipal deve ser mantido com políticas públicas direcionadas e replicado regionalmente (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

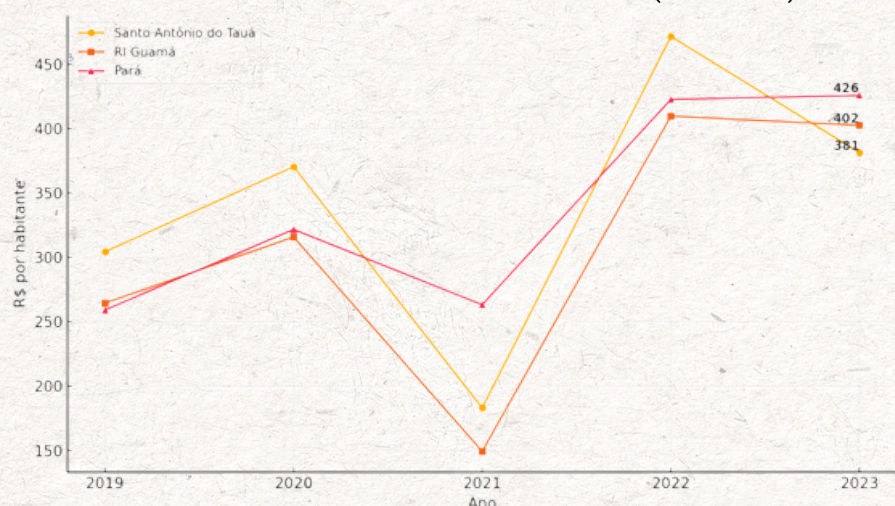
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Santo Antônio do Tauá, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 304,1 em 2019, crescendo para R\$ 368,5 em 2020, mas caindo drasticamente para R\$ 182,6 em 2021. Em 2022, houve um salto significativo para R\$ 470,6, encerrando 2023 com R\$ 381,1. A RI Guamá apresentou trajetória semelhante: de R\$ 263,9 em 2019 para R\$ 147,8 em 2021, com posterior recuperação até R\$ 401,9 em 2023. O estado do Pará variou de R\$ 266,2 em 2019 para R\$ 426,2 em 2023, com queda em 2021 (R\$ 264,8) e alta expressiva a partir de 2022 (Gráfico 24).



A evolução revela que todos os níveis territoriais enfrentaram queda nos investimentos em 2021, possivelmente devido a reestruturações orçamentárias ou redirecionamentos durante a pandemia. O município apresentou o maior pico em 2022, superando os demais níveis, mas encerrou o período com valor inferior ao do estado. A RI Guamá e o Pará demonstraram crescimento mais consistente entre 2021 e 2023. Os dados sugerem que, apesar das variações, houve fortalecimento da política de prevenção nos anos mais recentes (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 381/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Santo Antônio do Tauá iniciou 2019 com apenas R\$ 1,38 por habitante em despesas com preservação aquática, subindo marginalmente para R\$ 3,39 em 2020. Entre 2021 e 2022, os valores permaneceram baixos, com R\$ 1,91 e R\$ 1,61, respectivamente, até alcançar R\$ 12,0 em 2023. A RI Guamá mostrou crescimento mais expressivo: de R\$ 2,25 (2019) para R\$ 44,3 em 2023. O estado do Pará oscilou entre altos patamares: de R\$ 182,9 em 2019 para R\$ 286,8 em 2023, com pico em 2020 (R\$ 277,7) e queda em 2022 (R\$ 177,4) (Gráfico 25).

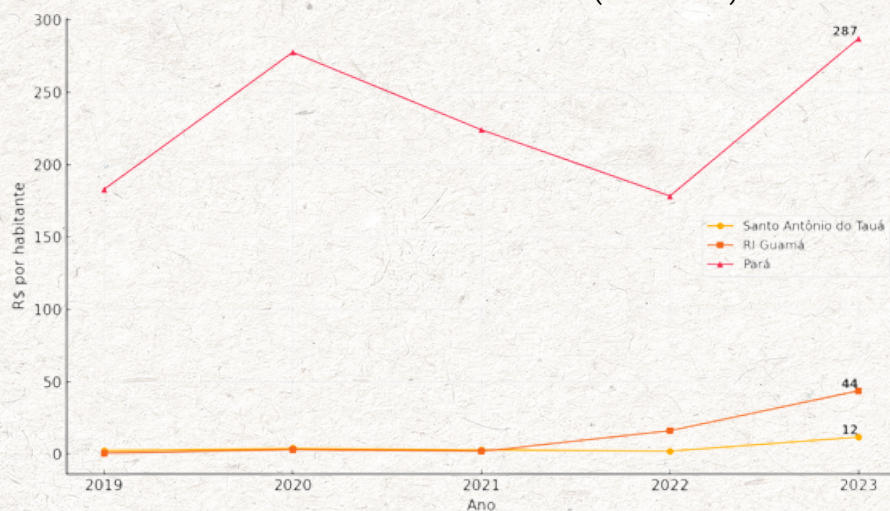
O município apresenta os menores investimentos do período, ainda muito distantes dos

dos padrões regionais e estaduais. Apesar do aumento em 2023, o patamar de R\$ 12,0 indica subfinanciamento crônico em políticas voltadas à preservação de corpos hídricos. A RI Guamá acelerou seus investimentos a partir de 2022, sugerindo possível integração com ações regionais. O Pará mantém o maior volume de recursos aplicados, o que pode indicar projetos estruturantes em larga escala. A disparidade entre os níveis reforça a urgência de apoiar financeiramente os municípios mais frágeis nesse tema. Preservação aquática é estratégica em territórios amazônicos, exigindo ampliação equitativa dos investimentos (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12 /hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

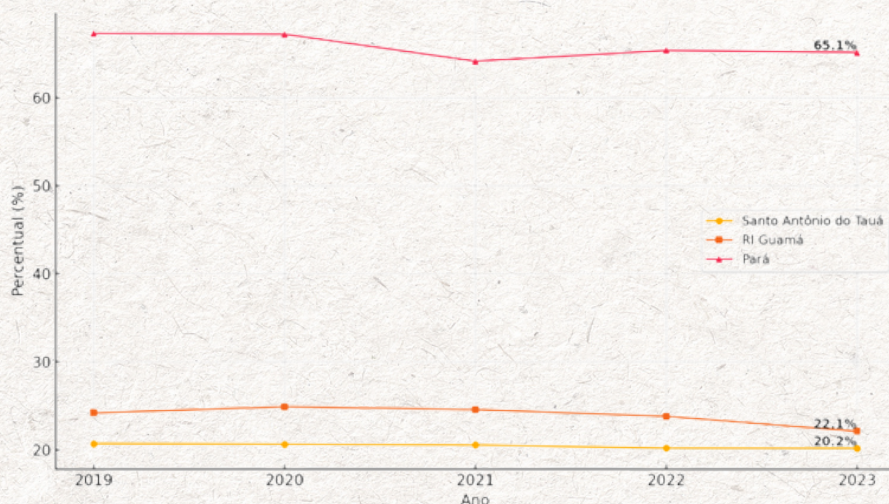
Em Santo Antônio do Tauá, o percentual de área florestal em relação ao total se manteve praticamente estável: 20,2% em 2019, com leve oscilação até retornar ao mesmo patamar em 2023 (20,2%). A RI Guamá variou de 24,1% (2019) para 22,1% (2023), demonstrando tendência de queda. Já o estado do Pará, com cobertura muito superior, manteve-se entre 65,1% e 66,3% ao longo do período. Essa diferença evidencia um desmatamento mais avançado em áreas locais e regionais, comparativamente ao nível estadual (Gráfico 26).

A estabilidade em Santo Antônio do Tauá, embora baixa, pode refletir limitação de áreas

remanescentes de floresta. A queda observada na RI Guamá reforça a necessidade de controle mais efetivo do uso do solo. O Pará, apesar de manter percentuais elevados, sofreu leve recuo em 2021, recuperando-se parcialmente nos dois anos seguintes. A alta proporção estadual é resultado da conservação de grandes porções de floresta em regiões menos urbanizadas. Contudo, o avanço urbano e agropecuário nas regiões de integração ameaça esse equilíbrio. O cenário reforça a urgência de políticas de reflorestamento e proteção ambiental especialmente nos níveis locais (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

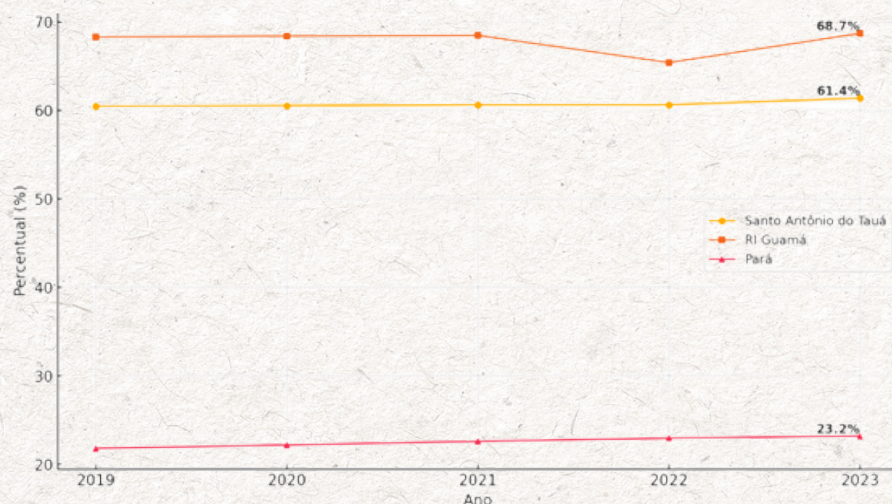
Em Santo Antônio do Tauá, o percentual da área desmatada manteve-se praticamente constante: 60,7% em 2019, com pequenas variações até 61,4% em 2023. A RI Guamá apresentou os maiores índices: de 68,3% em 2019 para 68,7% em 2023, com redução apenas em 2022 (65,3%). O estado do Pará registrou os menores percentuais, de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023, mantendo estabilidade com leve crescimento. Esses dados revelam cenários contrastantes entre as esferas territorializadas (Gráfico 27).

O município e a RI apresentam

alta degradação do território, com mais de 60% das áreas desmatadas, refletindo histórico de expansão urbana ou atividades agropecuárias extensivas. A leve oscilação indica ausência de políticas de reversão significativas. Já o Pará, embora tenha apresentado aumento, ainda preserva boa parte de seu território, sustentando políticas de conservação em parte do estado. A diferença entre os níveis denuncia o impacto localizado do desmatamento e a necessidade de descentralização das ações de preservação (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

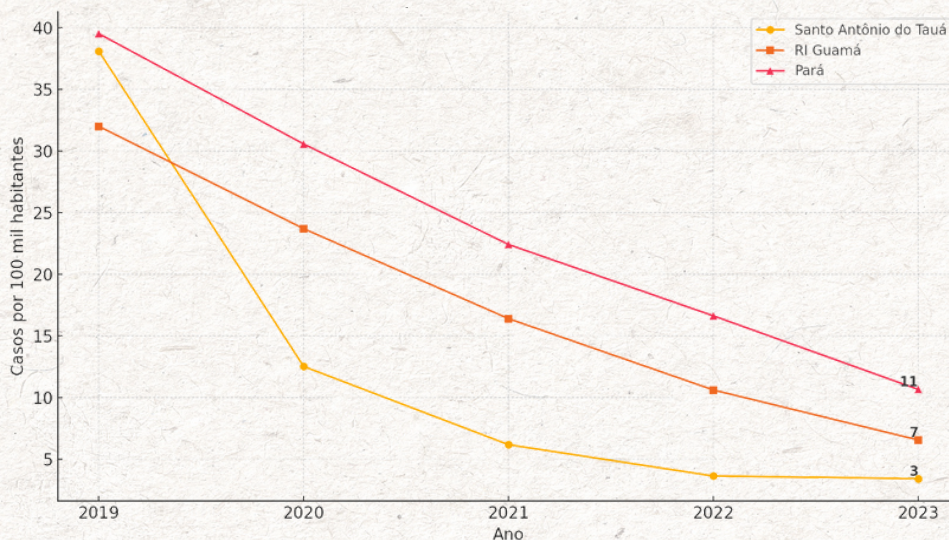
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Santo Antônio do Tauá, o índice de trabalho infantil caiu significativamente de 38 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 3 em 2023. A maior queda ocorreu entre 2019 e 2020, de 38 para 13, seguida por redução gradual: 6 (2021), 4 (2022) e 3 (2023). A RI Guamá também apresentou queda expressiva, passando de 32 para 7 no mesmo período. O estado do Pará iniciou com o maior índice (40 em 2019) e encerrou 2023 com 11, após quedas contínuas (Gráfico 28).

A tendência é de forte redução em todos os níveis territo-

riais, sendo o município o que apresentou maior sucesso proporcionalmente. A redução pode ser atribuída a ações de fiscalização, políticas sociais e escolares, e programas de proteção infantil. A RI Guamá seguiu trajetória próxima, enquanto o Pará, embora reduza o índice, ainda mantém valor superior ao município. A convergência das curvas aponta para avanços sistemáticos no combate ao trabalho infantil. No entanto, a manutenção desses resultados depende de continuidade de políticas inter-setoriais voltadas à infância e juventude (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

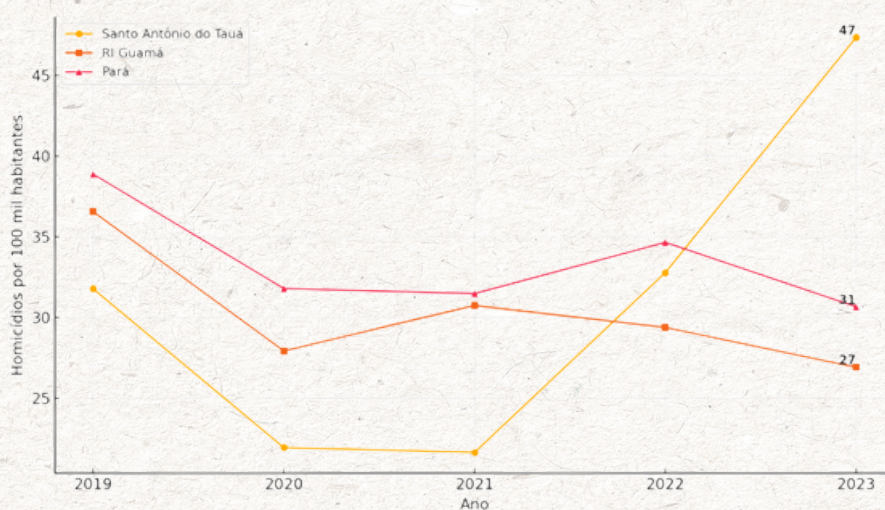
Em Santo Antônio do Tauá, a taxa de homicídios teve comportamento oscilante: caiu de 32 (2019) para 22 (2020), manteve-se em 21 (2021), mas disparou para 33 (2022) e atingiu 47 em 2023. A RI Guamá começou com 37 em 2019, caiu para 28 em 2020, e oscilou em seguida, encerrando 2023 em 27. O Pará teve trajetória similar: de 39 em 2019, recuou até 31 em 2023, com pico intermediário de 35 em 2022 (Gráfico 29).

O comportamento em Santo Antônio do Tauá contrasta com a tendência de queda ob-

servada nos demais níveis. O salto entre 2021 e 2023 é preocupante, indicando possível recrudescimento da violência local. A estabilidade ou queda na RI Guamá e no estado pode refletir investimentos em segurança pública regionalizada. O aumento municipal sugere que políticas locais não acompanharam os avanços territoriais mais amplos. Isso evidencia a necessidade de estratégias específicas e reforço da atuação interinstitucional em áreas vulneráveis (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

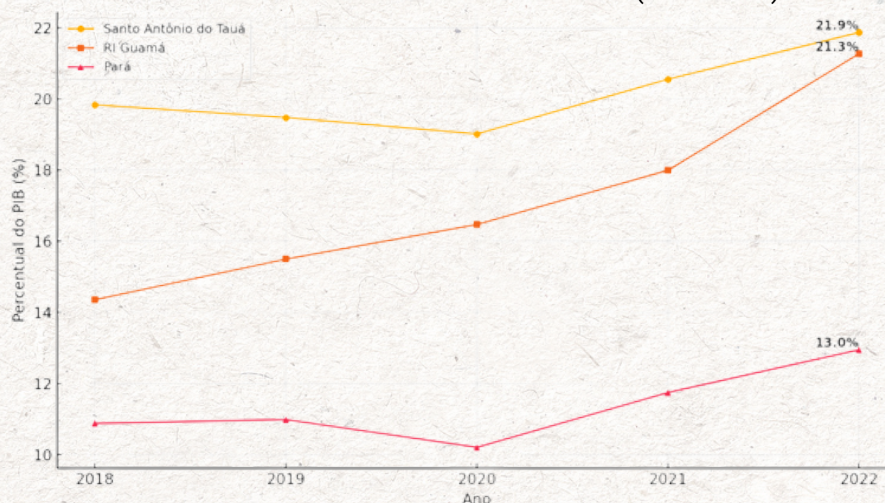


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Santo Antônio do Tauá, os gastos públicos municipais representavam 19,9% do PIB em 2018 e 19,6% em 2019, com uma leve queda para 19,0% em 2020. A partir de 2021, houve recuperação, chegando a 20,7%, e encerrando 2022 com 21,9%, o maior valor da série. A RI Guamá começou em 14,4% em 2018, crescendo progressivamente: 15,5% (2019), 16,5% (2020), 18,0% (2021) e 21,3% (2022). O estado do Pará apresentou os menores índices, iniciando em 10,9% (2018), caindo para 10,2% em 2020, e subindo até 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

O município manteve um padrão de investimento público elevado em relação ao PIB local, com ligeiras flutuações até atingir estabilidade crescente após 2020. A trajetória da RI Guamá evidencia um esforço de recuperação mais constante e progressiva. Já o Pará mostra evolução mais tímida, embora também apresente recuperação recente. A convergência dos percentuais entre município e RI em 2022 revela fortalecimento da capacidade fiscal regional (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

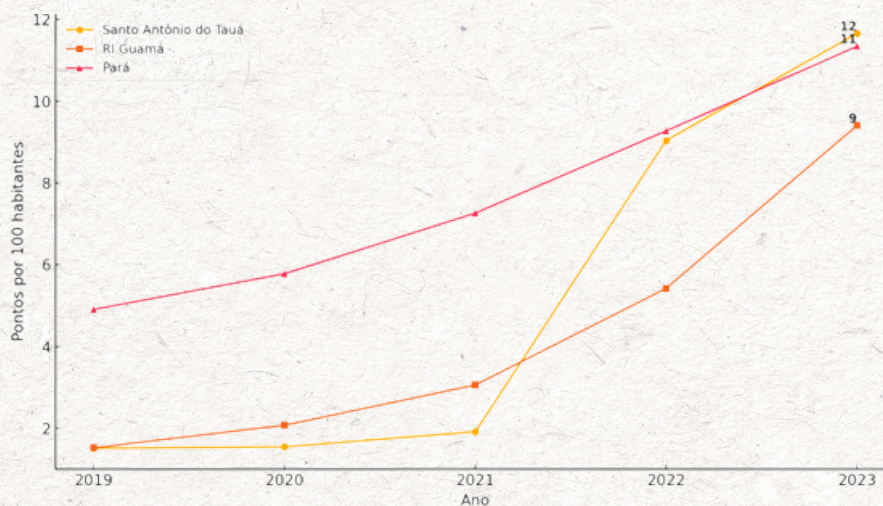
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Santo Antônio do Tauá, a taxa de acesso à banda larga fixa era de 1,5 ponto por 100 habitantes em 2019, permanecendo estável em 2020, e crescendo para 1,9 em 2021. A partir de 2022, houve aceleração significativa, saltando para 9,1 e atingindo 12,0 em 2023. A RI Guamá iniciou com 1,5 (2019), cresceu gradualmente para 2,1 (2020), 2,5 (2021), depois 5,4 (2022), encerrando 2023 com 9,0. O estado do Pará já partia de um nível mais elevado (4,9 em 2019) e alcançou 11,4 em 2023 (Gráfico 31).

A trajetória de Santo Antônio do Tauá mostra

avanços significativos, principalmente nos dois últimos anos, superando inclusive os níveis estadual e regional em 2023. O crescimento acelerado indica possível expansão de infraestrutura digital e políticas de inclusão tecnológica mais efetivas localmente. A RI Guamá apresenta evolução positiva, mas com menor intensidade, o que evidencia desigualdade interna nas regiões de integração. O estado do Pará manteve liderança até 2022, mas foi superado pelo município no ano final da série (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

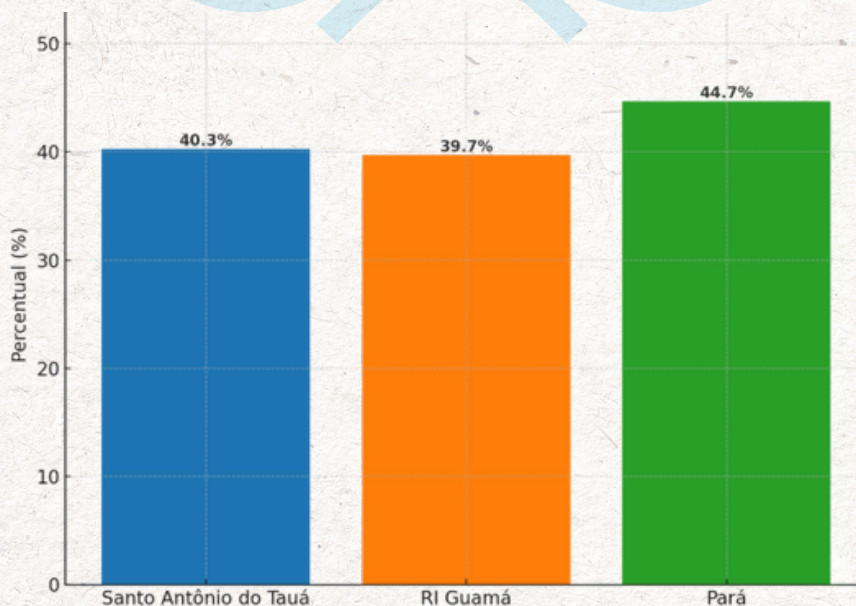
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santo Antônio do Tauá** registrou um IDS de **40,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santo Antônio do Tauá x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Santo Antônio do Tauá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Santo Antônio do Tauá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

